



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Apresentação

Marcos Del Roio

**Como citar:** ROIO, M. D. Apresentação. *In:* ROIO, M. D. **A Universidade entre o conhecimento e o trabalho: o dilema das ciências.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. pi-iv. DOI: <http://.doi.org/10.36311/2005.85-86738-27-1.pi-iv>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC, localizada no campus de Marília-SP da UNESP - Universidade Estadual Paulista, inicialmente, como meio de fazer circular e interagir o conhecimento gerado no seu próprio seio, entendeu organizar um Simpósio de Filosofia e Ciência. Esse evento, ocorrido pela primeira vez em 1995, ganhou um caráter bienal e, com o passar do tempo, extravasou amplamente as fronteiras da Faculdade e da própria UNESP.

As razões desse crescimento quantitativo qualitativo são relativamente fáceis de serem identificadas. Por um lado, mesmo com toda a contingência orçamentária de que a Universidade pública vem sendo vítima dos sucessivos governos estaduais e federais, a FFC assistiu a um significativo crescimento em número de estudantes e em número de cursos. A Faculdade que oferecia cinco cursos de graduação, hoje conta com nove cursos de graduação, ainda que precarizados pela falta crônica de professores, e quatro programas de pós-graduação, atendendo mais que o dobro de estudantes que antes atendia. Ainda que com evidente limitação na infraestrutura e mesmo com a diminuição no número de professores, a FFC conseguiu organizar um número significativo de Grupos de Pesquisa e de Grupos de Estudos, além de jornadas científicas temáticas cobrindo todas as áreas do conhecimento que perpassam as atividades dos seus nove departamentos acadêmicos.

Por outro lado, de uma maneira geral, essa tem sido a tendência da Universidade pública brasileira, que tem conseguido mostrar crescimento, mesmo que muito aquém da necessidade, apesar da contenção de recursos públicos e de outras formas de cerceamento. O estímulo, ou a cobrança, como se queira, de produção científica numerosa e concentrada no tempo, a disputa por verbas públicas e por oportunidade de trabalho assalariado num sistema universitário público, que não só perde espaço para as empresas privadas de ensino, como é invadida pela mesma esfera privada, força as jovens gerações a apresentarem resultados desde muito cedo. Isso oferece um enorme fôlego para encontros de iniciação científica, para jornadas científicas definidas por temas ou campos científicos, para congressos e simpósios.

Dentro desse contexto é que o Simpósio em Filosofia e Ciência tem encontrado as condições para o seu significativo crescimento. Note-se ainda que a FFC tem sido, principalmente, uma Faculdade de humanidades e que mesmo a sua ampliação não deve mudar esse fundamento, ainda que haja uma diferenciação no foco científico e temático. A própria definição essencial das ciências humanas é algo sabidamente problemático, assim como a sua delimitação.

O ensino e a pesquisa na Faculdade enveredaram pela rota do entendimento das ciências humanas no seu sentido mais amplo, que abarca desde a arte e a filosofia, passando pelas ciências cognitivas e psicológicas, pelas ciências políticas e sociais, pelas ciências da educação e da informação. Esse núcleo se extravasa para preocupações que rondam a história e a geografia, a lingüística e a comunicação social ou que se materializa num curso seccional das ciências políticas e sociais, tal como as Relações Internacionais. Assim, a FFC tem o seu núcleo original na filosofia, nas ciências sociais e nas ciências sociais aplicadas, que foi se ampliando e desdobrando gradativamente.

A ampliação mais significativa, porém, ocorreu por uma 'invasão' na área das ciências da saúde, iniciada com o curso de Fonoaudiologia, mas que se expandiu recentemente para a Fisioterapia e a Terapia Ocupacional. A contribuição da área de Educação Especial foi muito importante para essa ampliação e para a preservação do vínculo das ciências da saúde com as humanidades, no caso particular da FFC. Busca-se ainda um alargamento para o que se refere ao ambiente, à qualidade de vida, a saúde e a promoção social, elemento que essencial naquilo que tem sido identificado como políticas públicas ou 'inclusão social'. Assim, um Simpósio em Filosofia e Ciência de iniciativa da FFC, por meio da sua Comissão Permanente de Pesquisa, deve necessariamente refletir sobre a vida social, mas também sobre as razões da universidade como centro produtor e difusor do conhecimento que interage com essa mesma vida social e com o Estado.

Esse enfoque se explica e se justifica ao se constatar que a partir do final dos anos 70 do século passado teve início uma mudança de concepção e de abordagem sobre a questão do trabalho e do conhecimento científico, ao mesmo tempo em que se acelerava o entrelaçamento entre essas problemáticas específicas. Essa pode ser considerada uma faceta fundamental do processo histórico que se convencionou designar como "globalização". No decorrer dos últimos 25 anos, aproximadamente, uma notável aceleração da produção científica e técnica não só colocaram em questão vários paradigmas da ciência, propondo novos desafios e novas perspectivas de caráter não só especificamente científico como também ético-filosófico, como se assistiu também uma pouco perceptível, mas acentuada concentração do conhecimento científico e de seu acesso, apesar da maior difusão dos meios de informação, nos países capitalistas mais poderosos e em algumas áreas limitadas da periferia.

Assim, a discussão sobre a questão da produção do conhecimento e de sua difusão pelo conjunto da vida social constitui um desafio para qualquer país que deseje romper com os laços de subalternidade e alcançar um padrão de soberania e autodeterminação

capaz de contribuir para o desenvolvimento da humanidade. Uma parte significativa desse novo conhecimento científico tem se voltado para a direta aplicação no processo produtivo e para o ulterior avanço tecnológico. O impacto sobre o mundo do trabalho e sobre as concepções científicas ou menos sobre o curso das transformações, acabou por se constituir em um dos problemas fundamentais para o conjunto das ciências humanas e da filosofia. A introdução da robótica, da química fina, da biotecnologia e da telemática no processo produtivo e a desconstrução sócio-política e cultural do mundo do trabalho fabril, por meio da inovação tecnológica e gerencial, colocou em questão a força explicativa da própria categoria do trabalho social.

A notável imbricação entre trabalho e conhecimento potencializou ambos os elementos da equação, mas passou a exigir novos esforços explicativos da realidade. A questão do trabalho enquanto processo social produtor de riqueza passou a ser cada vez mais questionado na sua centralidade, mas passou a se apresentar como um grave problema a ser resolvido não só pelas ciências econômicas e sociais, mas com a eventual interferência do Direito. A questão do trabalho passa também, e cada vez mais, a ser novamente um problema social central, na medida em que se amplia e difunde para áreas do ambiente, da saúde, da promoção social, da segurança pública, da qualificação profissional.

Tudo indica, portanto, que o problema do trabalho, deslocado pela revolução científica e tecnológica, volta a se apresentar, agora com a exigência de um novo relacionamento entre trabalho e conhecimento, entre ser social humano e ambiente terrestre. Nas condições de prevalência da revolução técnico-científica e gerencial, que reordena a forma da acumulação capitalista, a relação entre trabalho social produtivo e produção do conhecimento tendem a se estreitar dramaticamente, na medida mesmo em que conhecimento científico passa a ser imediatamente mercadoria. Uma problemática que a Universidade pública não pode deixar de abordar, já que tem implicações diretas sobre o produto da sua atividade social e cultural, sobre a sua autoconsciência. Não só o conhecimento produzido é mercadoria, mas o jovem trabalhador que se forma adquirindo conhecimento e qualificação, também é mercadoria (que pode ou não ser trocada por salário).

No entanto, a Universidade age, ou deveria agir, para a formação de consciências críticas e sujeitos ativos. É precisamente nessa direção que seguem as perspectivas que visam inserir a Universidade como agente ativo e formador de políticas públicas, que contribuam para a formação de uma cidadania democrática, ainda que dentro das condições sempre mais difíceis da globalização neoliberal. A

Universidade pública é, sem dúvida, uma instituição que opera para a reprodução da ordem vigente, mas é fundamental para a produção e a difusão do conhecimento; produz conhecimento e trabalhadores para o capital, mas desenvolve ações tendo em vista a melhoria da vida social; é necessária para que o capital obtenha ciência e trabalhadores qualificados, mas também é necessária pra que os jovens tenham acesso ao conhecimento.

É dentro dessa situação paradoxal ou mesmo contraditória que os ensaios que serão lidos a seguir, recolhidos das edições IV e V Simpósio em Filosofia e Ciência, com posições teóricas as mais diferentes, se postam, ainda que de modo implícito, no mais das vezes. Qual seria, afinal, o espaço para o conhecimento crítico da ordem? A Universidade ainda tem algo a dizer a esse respeito?

*Marcos Del Roio*